

ESTRATÉGIAS DE ACOLHIMENTO DE ENFERMAGEM ÀS PESSOAS TRANSEXUAIS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: uma revisão narrativa

NURSING RECEPTION STRATEGIES FOR TRANSGENDER INDIVIDUALS IN PRIMARY HEALTH CARE: a integrative review

Alex José Barbosa da Silva

ajbs1@discente.ifpe.edu.br

Anderson José Barbosa da Silva

ajbs@discente.ifpe.edu.br

Kleber Fernando Rodrigues

kleber@pesqueira.ifpe.edu.br

RESUMO

Objetivo: Analisar as estratégias de acolhimento às pessoas transsexuais na atenção primária à saúde pela equipe de enfermagem. **Método:** trata-se de uma revisão narrativa de literatura, que possibilita uma busca sistematizada de estudos sobre o tema. A pesquisa foi realizada em publicações entre 2014 e 2024, por meio do acesso online do Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a partir dele houve o acesso à Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), na qual incluiu as bases de dados LILACS, BDNF e MEDLINE/PUBMED. **Resultados:** Com base na análise de 8 artigos dentre eles, artigos científicos e dissertações; todos atenderam aos critérios definidos de inclusão, foi proposto a discussão em três eixos; Acolhimento da pessoa trans nos serviços de saúde; Desafios sociais e profissionais até a chegada da pessoa trans aos serviços de saúde e Estratégias de saúde a pessoa trans na atenção primária à saúde. **Conclusão:** Pessoas trans ainda enfrentam preconceitos nos serviços de saúde, resultando em ambientes hostis que desvalorizam sua dignidade. É crucial que a atenção básica ofereça um acolhimento humanizado, com enfermeiros adotando práticas baseadas na empatia, para atender as necessidades dessa população de forma digna e inclusiva.

Palavras-chave: Acolhimento; Atenção primária à saúde; Pessoa transgênero; Enfermagem.

ABSTRACT

Objective: To analyze the strategies for welcoming transgender people in primary health care by the nursing team. **Method:** this is a narrative literature review, which allows a systematic search for studies on the subject. The research was carried out in publications between 2014 and November 2024, through online access to CAPES (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel) Periodicals, from which there was access to the Virtual Health Library (BVS), which included the LILACS, BDENF and MEDLINE/PUBMED databases. **Results:** Based on the analysis of 8 articles, including scientific articles and dissertations; all of which met the defined inclusion criteria, a discussion was proposed in three axes: Welcoming trans people in health services; Social and professional challenges until the arrival of trans people in health services; and Health strategies for trans people in primary health care. **Conclusion:** Trans people still face prejudice in health services, resulting in hostile environments that devalue their dignity. It is crucial that primary care offers a humanized welcome, with nurses adopting practices based on empathy, to meet the needs of this population in a dignified and inclusive manner.

Keywords: User Embrace; Primary Health Care; Transgender; Nursing.

1 INTRODUÇÃO

A atenção primária desempenha um papel fundamental no Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil. É considerada como porta de entrada para os demais serviços, e sendo o alicerce das políticas públicas de cuidados de saúde no país (BRASIL, 2012).

Por ser o primeiro contato ao atendimento em saúde que a população em geral deveria ter, faz-se necessário abordar questões relevantes na atualidade e que estão cada vez mais presentes no dia a dia dos atendimentos. A respeito das questões referentes à saúde da população LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo,

Assexuais, Pansexuais, Não-binário e mais), especificamente sobre as pessoas transexuais nos serviços de atenção primária à saúde, levanta-se questionamentos sobre como são realizados esses acolhimentos e como a equipe de enfermagem conduz as necessidades de saúde, mantendo a integralidade e a equidade, além de como esses profissionais da equipe lidam com os possíveis fatores que influenciam na assistência e o atendimento prestado a esse público (SAMPAIO; COELHO, 2013).

A transexualidade é um conceito que se refere a um indivíduo que se encontra em discordância entre as suas características biológicas e a sua identidade de gênero. Enquanto o sexo é biológico, referindo-se às características físicas e fisiológicas, como genitália, cromossomos e hormônios, a identidade de gênero é um senso subjetivo de experiência interna e individual que pode ou não corresponder à atribuição de gênero ao nascer. A mulher trans é uma pessoa que, ao nascer, foi atribuída ao sexo masculino mas identifica-se como mulher e o homem trans é uma pessoa considerada do sexo feminino mas se autoidentifica como homem (JESUS, 2012).

De acordo com a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT), torna-se assegurado a saúde, sem quaisquer discriminação ou preconceito institucional, com a finalidade de favorecer a redução das desigualdades sociais e de saúde; consequentemente aumentando o acesso desta população aos serviços de saúde ofertados em todos os níveis do Sistema Único de Saúde (SUS), garantido o respeito, uma assistência de qualidade e eficácia na resolução das demandas e necessidades apresentadas no ato da consulta (BRASIL, 2013).

Assim, objetiva-se com esta pesquisa analisar as estratégias de acolhimento às pessoas transexuais na atenção primária à saúde realizadas pela equipe de enfermagem.

2 DESENVOLVIMENTO

Antes de adentrar no assunto proposto, é necessário entender alguns conceitos e afim de conhecer e compreender as pessoas temas desta pesquisa. O desconhecimento em relação às questões de gênero e identidade de gênero pode gerar confusões e interpretações equivocadas e, em alguns casos, promover atitudes preconceituosas com as pessoas que não se identificam com o sexo biológico atribuído. Essa falta de conhecimento e sensibilidade potencializa consideravelmente a situação de vulnerabilidade de saúde desse público (SOUZA, 2015).

A sigla LGBTQIAPN+ trata-se de um Acrônimo de um conjunto inclusivo de uma variedade de identidade de gênero e de orientações sexuais (JESUS, 2012).

Gênero pode ser definido como o que identifica e diferencia homens e mulheres, ou seja, o gênero masculino e o gênero feminino. Segundo a definição tradicional, gênero pode ser usado como sinônimo de “sexo”, referindo-se às características próprias do sexo masculino e do sexo feminino. Enquanto que a identidade de gênero está relacionada à maneira como a pessoa se identifica e se percebe dentro dos padrões de gênero, independente do sexo biológico, seja como feminino ou masculino, trata-se de uma questão intrínseca e íntima de cada pessoa (REIS, 2018; JESUS, 2012).

O termo “lésbica” representada pela letra “L” é usado para descrever especificamente a mulher que é sexualmente/emocionalmente atraída por outra mulher (REIS, 2018).

A letra “G” refere ao termo “Gay”, geralmente utilizado para descrever uma pessoa que é atraída por outra pessoa do mesmo sexo, em uma grande maioria, indicando a um homem que se identifica como tal e é atraído sexualmente ou emocionalmente por outro homem, porém, é um termo generalista para indicar uma pessoa na qual é atraída por uma pessoa do mesmo sexo (REIS, 2018; JESUS, 2012).

As pessoas Bissexuais (B) são aquelas que sentem atração sexual ou emocional por indivíduos de mais de um gênero. A bissexualidade abrange uma gama de identidade de gênero, podendo estar atraído por homens, mulheres, pessoas não-binárias ou qualquer outro gênero (REIS, 2021; JESUS, 2012).

A letra (T) representa as pessoas trans, na qual inclui inclui transgêneros, transexuais e travestis, como definido anteriormente, as pessoas trans são indivíduos cuja a identidade de gênero é diferente do sexo designado ao nascimento. Mulher Trans refere-se a uma pessoa que lhe foi atribuído o sexo masculino ao nascer mas que se identifica e vive como mulher. Enquanto que o Homem Trans é uma pessoa que foi designado com o sexo feminino ao nascer mas que se identifica e vive como homem (REIS, 2018; JESUS, 2012).

O termo "queer" (Q) refere-se a pessoas que não se encaixam ou que fogem dos padrões tradicionais de gênero e sexualidade. Ele expressa uma identidade fluida ou não conformista, sendo uma maneira de desafiar e questionar as normas sociais estabelecidas (REIS, 2018).

Intersexo (I) é um termo que descreve pessoas nascidas com características sexuais difusas que não se encaixam nas definições exatas de sexo feminino ou masculino, como

genitália ambígua, cromossomos atípicos ou outras variações biológicas que dificultam a identificação de um indivíduo como totalmente feminino ou masculino (BRASIL, 2018; JESUS, 2012).

Assexuais/Agêneros (A) são pessoas que não sentem atração sexual por nenhum dos gêneros ou que não se identificam com nenhum gênero (REIS, 2018).

A Pansexualidade (P) é uma orientação sexual caracterizada pela atração sexual ou afetiva por pessoas de qualquer identidade de gênero, sem distinção. O termo "pan" deriva do grego, significando "tudo" ou "todos", o que reflete a ideia de que os pansexuais não se limitam a gêneros binários (masculino e feminino) (BRASIL, 2018; REIS, 2018).

O termo não-binário (N) refere-se a pessoas cuja identidade de gênero não se limita exclusivamente ao masculino ou feminino. Elas podem se identificar com uma combinação de gêneros, nenhum gênero, ou algo diferente, vivenciando sua identidade de forma fluida ou fora das normas tradicionais de gênero (DOS REIS, 2016).

O símbolo + foi acrescentado à sigla LGBTI para abranger outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero (REIS, 2018).

Desde o período da infância, onde vai se iniciando a descoberta, que a população LGBTQIAPN+ tem convivência com a violência, medo e discriminação, em muitos momentos efetuados pela própria família ou amigos (BENEVIDES, 2024).

Segundo o sociólogo e pensador Erving Goffman (1988), o estigma acontece quando as pessoas destacam uma característica específica de alguém e usam isso para justificar por que a pessoa não deve ser aceita na sociedade de forma plena. Nas interações sociais, as pessoas se mostram com base em ideias sobre o que é normal. Quando interagimos uns com os outros, fazemos suposições sobre eles, e o estigma é quando isso se torna um processo social de julgar alguém com base em características específicas e ideias preconcebidas, levando a avaliações e generalizações.

Historicamente, o público transgênero tem sido estigmatizado e discriminado por consequência da não adequação com os padrões heteronormativos estabelecidos pela sociedade. Em decorrência disso, por vezes, esse grupo pode enfrentar diversas dificuldades ocasionadas por sentimentos negativos acerca do olhar de exclusão ao qual são submetidos, exemplificando a hesitação à procura de serviços básicos de saúde essenciais que são de direito constitucional atribuídos a todas as pessoas (JESUS, 2012).

A transfobia representa uma forma específica de violência e discriminação direcionada exclusivamente às pessoas cuja expressão ou identidade de gênero não se alinha com as normas cisgêneras. Essa construção de estigmatização, profundamente enraizada em crenças e relações sociais, cria obstáculos significativos para que indivíduos possam refletir sobre a legitimidade de diversas formas de existência, especialmente no que diz respeito às identidades trans (CARVALHO PEREIRA; CHAZAN, 2019).

Baseado nos dados do site Transrespect (2023), no ano de 2020 o número de óbitos de pessoas transexuais e travestis disparou. No espaço de tempo entre outubro de 2020 e setembro de 2021, ocorreram 375 assassinatos no mundo. Mesmo sendo aprovado em junho de 2019 a criminalização da transfobia, está distante de ser aplicada e respeitada no dia a dia.

Segundo dados do Dossiê ANTRA (assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras) o Brasil é o país que mais mata transexuais e travestis no mundo, liderando o ranking por 15 anos seguidos, em relação a 2022, foi notificado um aumento de 10% do número de assassinatos em 2023, totalizando 155 casos (BENEVIDES, 2024).

Segundo GOMES et al.(2022), pesquisas realizadas após debates cada vez mais frequentes na parte legislativa sobre as políticas públicas LGBTQIAPN+, mostram a regressão das conquistas devido a algumas reversões nos direitos sobre a assistência em saúde. O que expõe cada vez mais essa população ao preconceito e discriminação.

Essas questões se estendem para o dia a dia, refletem nos atendimentos a esse público. Pode-se observar, como por exemplo; na falta de especialização durante ou após o término da graduação pelos profissionais; nos prontuários engessados que compõe o formulário de atendimento em muitas unidades públicas e privadas de saúde; além do preconceito praticado por alguns membros da equipe no momento do acolhimento (ROSA et al., 2019).

Os mesmos responsáveis que devem prestar um atendimento de qualidade, humanizado, respeitando todos os princípios do SUS, tornam-se em alguns casos, os que tratam com negligência, violências, preconceitos e negações durante a prestação da assistência (ROSA et al., 2019).

De acordo com o Artigo 5º da Constituição Federal do Brasil, "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade" (BRASIL, 1988). Isso significa que qualquer forma de

discriminação ou desrespeito contra a população transexual constitui uma violação direta dos princípios constitucionais de igualdade e da não discriminação (ROCON, 2016).

Por meio da Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011 do Ministério da Saúde (MS), foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBTT), um marco importante para esse público, por garantir às mulheres transexuais, as travestis e aos homens trans o direito à saúde integral, humanizada e de qualidade no Sistema Único de Saúde (SUS), tanto na rede de atenção básica como nos serviços especializados. (BRASIL, 2013).

O Sistema Único de Saúde encontra-se como uma grande ferramenta na construção da inserção da pessoa trans como cidadã, quando efetua os princípios doutrinários que o configuram, na universalidade do acesso – alcançando vencer barreiras –, a integralidade da atenção – promover o enfrentamento de determinantes e condicionantes sociais de saúde e adoecimento de forma constante e articulada – e a equidade – relativas às particularidades/especificidades da saúde desse público (RONCON, 2016).

3 METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma revisão narrativa de literatura, esse método permite, de maneira sistematizada, uma busca completa de estudos em determinadas temáticas, sintetizar e interpretar as informações sobre o tema abordado, e analisar durante os anos de estudos e diversas críticas publicadas após observar e debater detalhadamente.

Um ponto a ser destacado de grande relevância, é que esse tipo de estudo possibilita ter uma visão mais abrangente e contextualizada do tema proposto, permitindo a interpretação e a correlação com outros pensadores. A pergunta norteadora da pesquisa tem como foco avaliar as estratégias de acolhimento às pessoas transgênero na atenção primária à saúde pela equipe de enfermagem.

Foram incluídos nessa busca, os trabalhos com período de publicação entre os anos 2014 a 2024, sem restrição de idiomas, utilizando a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS): Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medcal Literary Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e Periódicos da CAPES como plataforma de pesquisa. Como critérios de exclusão, foram retirados os trabalhos duplicados publicados

em bases de dados iguais ou diferentes, trabalhos que não estavam disponíveis na íntegra eletronicamente e não correspondiam ao objetivo da pesquisa.

Através dos descritores em Ciências da Saúde (DeCs) foram selecionados em consonância com a referente pesquisa: acolhimento; atenção primária à saúde; pessoas transgênero; enfermagem, utilizando unicamente o conector booleano “AND” para o cruzamentos dos descritores. Diante do exposto, obteve-se um total de 148 produções científicas, dos quais foram removidos 39 trabalhos por duplicidade e não disponíveis na íntegra, restando 109 trabalhos para leitura objetiva, sendo destes, 95 não correspondiam com a pergunta norteadora de pesquisa.

Os 14 trabalhos restantes passaram pela análise empregada pelo instrumento de extração de dados validado por Ursi (2005). Esse instrumento foi adaptado para atender às necessidades específicas do presente estudo e inclui questões cruciais para os resultados da pesquisa. Ele abrange aspectos como a identificação do artigo, detalhes metodológicos e a análise dos resultados.

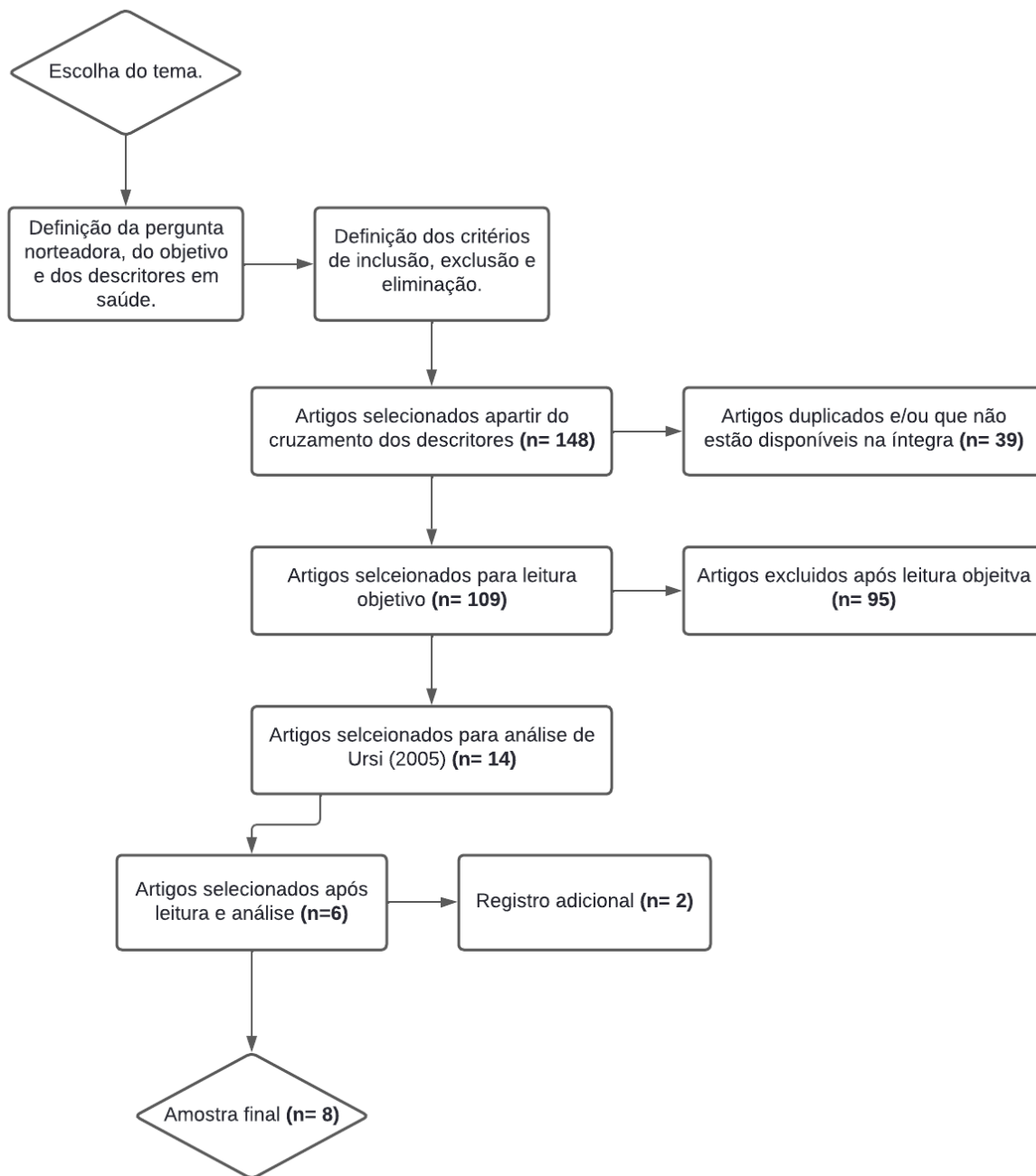
Com base nisso, a amostra final foi composta por 6 artigos e 2 teses, que são registros adicionais. Todos foram lidos de maneira aprofundada e organizados por ano de publicação e analisados com enfoque na pergunta norteadora do estudo.

Os níveis de evidência foram avaliados em: Nível I – revisão sistemática ou metanálise de ensaios clínicos controlados; nível II - ensaio clínico controlado randomizado bem delineado; nível III - ensaio clínico controlado sem randomização; nível IV - estudos de coorte ou caso-controle bem delineados; nível V - revisão sistemática de estudos qualitativos e descritivos; nível IV - estudos descritivos ou qualitativos e nível VII - opinião de autoridades ou especialistas (GALVÃO, 2006).

4 RESULTADOS

Foram selecionados para o delineamento metodológico uma amostra composta de 8 artigos dentre eles, artigos científicos e dissertações; todos atenderam aos critérios definidos de inclusão. Como mostra no fluxograma de artigos seguindo-se os passos descritos na figura

abaixo:



Fonte: Autores, 2024.

Pode-se observar no Quadro 1 as variáveis dos artigos que foram indexados a essa pesquisa, sendo organizada por autores; ano de publicação de maneira crescente; título; autores; local, ano, tipo de estudo/nível de evidência, objetivo e resultados.

Sendo destacado em sequência as contribuições dos artigos neste presente estudo.

Quadro 1 - Distribuição dos estudos incluídos na revisão integrativa de acordo com título, autor, ano, país, tipo de estudo/nível de evidência, objetivo, resultado, Pesqueira, 2024.

TÍTULO/ AUTOR(A)/ ANO DA PUBLICAÇÃO E LOCAL	TIPO DE ESTUDO /NÍVEL DE EVIDÊNCIA	OBJETIVO	RESULTADO
Transfobia velada: sentidos produzidos por enfermeiros (as) sobre o acolhimento de travestis e transexuais. Pamela Suelen de Oliveira Reis, André Luiz Machado das Neves, Munique Therense, Eduardo Jorge Sant'Ana Honorato, Elizabeth Teixeira. 2014. Brasil.	VI	Compreender os sentidos produzidos por enfermeiros (as) sobre o acolhimento de pessoas travestis e transexuais na atenção básica, com vistas a potencializar a tecnologia leve "Acolhimento" nas unidades de saúde na cidade de Manaus, Amazonas.	Os sentidos produzidos por enfermeiros (as) sobre o acolhimento às pessoas travestis e transexuais na atenção básica se alicerçam em questões como constrangimento, neutralidade e desconhecimento frente às questões de gênero para além do binarismo de gênero.
A (in) visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: em pauta as experiências de integrantes da comunidade LGBTQIA+. Nizar Amin Shihadeh, Elisângela Maia Pessoa, Fabiane Ferreirsil. a da Silva. 2021. Brasil.	VI	Investigar como os serviços de saúde podem (in) visibilizar o atendimento ao público LGBTQIA+2 . Problematizar como vem ocorrendo o acolhimento da comunidade LGBTQIA+ nos serviços de saúde; verificar se há ocorrência de LGBTQIA+Fobia institucional; identificar se há e quais são os serviços e rede de atendimento ao público LGBTQIA+; indicar possibilidades de melhoria no atendimento e pontuar diante dos resultados, possibilidades de intervenção no âmbito da saúde coletiva.	Ficou constatado que os serviços de saúde ainda não possuem estrutura e/ou profissionais capacitados para trabalhar a diversidade sexual no seu todo. Sendo assim, respondendo ao problema de pesquisa do estudo, constatou-se que a medida que o serviço oferecido não é qualificado em relação às demandas recorrentes a identidade de gênero e orientação sexual, nem respeita as garantias constitucionais, está sim (in) visibilizando o atendimento que deveria ser garantido. Marginalizados/as o público LGBTQIA+ sofre consequências que incidem sobre seu bem-estar social, o que influi de forma positiva ou negativa em sua saúde integral.
Restrição de políticas públicas de saúde: um desafio dos transexuais na atenção básica. Denildo de Freitas Gomes, Enéas Rangel Teixeira, Marta Sauthier, Graciele Oroski Paes. 2022,Brasil.	VI	Identificar e discutir os motivos que restringem ou dificultam a acessibilidade dos transexuais aos serviços básicos de saúde.	Resultados deste estudo mostram que este grupo social vem sofrendo um alijamento dos processos políticos de saúde pública, sendo esse um reflexo da própria construção de políticas que, no modelo atual, são pensadas para a população-alvo, não com essa população, oferecendo oportunidade de trocas de conhecimentos mais efetivas e eficientes entre profissionais da equipe multidisciplinar e usuários. A invisibilidade e o desrespeito por parte dos profissionais, além de constrangimentos e sofrimento que levam à autoexclusão do sistema de saúde, servem de alerta para que esses profissionais, especialmente os enfermeiros, busquem promover um atendimento que traga o usuário para o centro

			das discussões como participe do cuidado ou cuidado instituinte.
Atendimento na atenção primária à saúde: olhares de pessoas trans. Ana Carolina Maria da Silva Gomes, Francisco Jean Gomes de Sousa, Janaina Pinto Janini, Liliana Angel Vargas, Mariana dos Santos Gomes, Adriana Lemos. 2023. Brasil.	VI	Conhecer as vivências e demandas de pessoas transexuais ao buscar serviços de atenção primária em saúde. Portanto, conhecer e/ou ampliar o conhecimento de como as pessoas trans se sentem e quais suas demandas de atenção em saúde de forma geral, poderá contribuir para que profissionais estejam mais bem preparados(as) para atender de maneira não estigmatizante e discriminatória.	É percebida a dificuldade da população trans em conseguir atendimento em saúde digno e adequado. Mesmo com legislação e políticas voltadas para atenção às pessoas LGBTQIA+, e avaliações positivas sobre o atendimento, algumas vivências e demandas das pessoas trans entrevistadas ao buscarem os serviços de atenção primária foram pautadas pelo constrangimento devido ao preconceito, desrespeito ao nome social, recusa de assistência e demora no atendimento. Ademais, a assistência prestada à essas pessoas ainda vêm de uma visão cisheteronormativa, o que dificulta ainda mais todo o processo. Com isso, é entendido que a principal causa dos obstáculos enfrentados pela população trans nos serviços de saúde são os próprios profissionais, que permitem que a falta de conhecimento e preconceito interfiram na forma como prestam atendimento. Além de que boa parte, como mencionado pelos entrevistados, não se interessa em buscar conhecimento específico sobre como assistir a população LGBTQIA+. Assim, esse estudo contribui para minimizar o problema, sugerindo introduzir discussões sobre gênero e sexualidade nos cursos da área da saúde, como meio de formar profissionais mais humanos e com mais conhecimento social e técnico sobre as vivências e demandas específicas das pessoas trans.
PERCEPÇÕES DE USUÁRIOS TRANSEXUAIS SOBRE O CUIDADO NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: o desafio do reconhecimento e do rompimento da invisibilidade. DENILDO DE FREITAS GOMES. 2019. Brasil.	VI	Compreender a realidade vivida pelos transexuais a partir de suas percepções sobre o cuidado que lhes são prestados na Estratégia de Saúde Família, e os específicos foram: Identificar se há reconhecimento pelos profissionais de saúde do transexual como usuário em Estratégia de Saúde da Família; Descrever as percepções atribuídas pelos transexuais sobre a assistência dos profissionais de saúde em Estratégia de Saúde da Família, especialmente sobre os	Mostra que a percepção dos usuários transexuais com relação aos processos de trabalho e aos profissionais que atuam em ESF é proporcionalmente inversa ao atendimento equânime e integral preconizado pelo Sistema Único de Saúde. Os resultados mostram um processo de invisibilidade e de não reconhecimento dessa população como cidadãos de direitos ao acesso à saúde garantido pela legislação. Esses não percebem o enfermeiro e outros profissionais de saúde

		cuidados de enfermagem que lhes são prestados; Analisar as demandas da população transexual para o reconhecimento e visibilidade desses usuários em Estratégia de saúde da Família.	aptos a auxiliá-los em suas demandas específicas no processo transexualizador.
QUALIFICAÇÃO DO ACOLHIMENTO E DO ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO TRANS PELOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS): UMA CARTILHA. MARINHO MORAES DE LIMA II, 2021. Brasil.	V	Elaborar uma cartilha para qualificação do acolhimento e atendimento da população trans para profissionais da saúde do Sistema Único de Saúde (SUS)	Para elaboração da cartilha, foram apresentados e discutidos tópicos relativos a população trans sob o ponto de visto de histórico e contextos recentes; papel do Sistema Único de Saúde (SUS); desigualdades no sistema público de saúde brasileiro; Iniquidades no sistema público de saúde brasileiro e na área da saúde mental; saúde da mulher transexual no Brasil; e saúde do homem transexual no Brasil. Foi elaborada uma cartilha que considerou aspectos de conteúdo, linguagem, organização, layout, ilustração, aprendizagem e motivação. Materiais educativos como recursos na educação em saúde tem assumido um papel importante no processo de ensino-aprendizagem, principalmente em intervenções terapêuticas que abordam segmentos populacionais.

<p>Acolhimento à população de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros na atenção básica. Ilen Thallita Hill Araújo, Geovani Ferreira de Sousa, José Arnaldo Moreira de Carvalho Júnior, Francisco Gaunié de Sousa Pessôa, Luana Kelle Batista Moura. 2020. Brasil.</p>	<p>VI</p>	<p>Analisar os significados atribuídos por enfermeiros da atenção primária acerca do conhecimento e prática do acolhimento à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero</p>	<p>Estudos ratificaram que os profissionais não sabem como proceder, mesmo com o cenário atual de diversificação de gênero, pois não tiveram durante a sua formação acadêmica ou formação profissional, a oportunidade de discutir a temática da diversidade sexual e suas ligações com a saúde da família.</p> <p>Uma revisão de estudos empíricos evidenciou que preconceitos interferem na compreensão e imparcialidade dos atendimentos da população LGBT na atenção básica, aspectos destacados sugerem que um número significativo de profissionais de saúde sente-se desconfortáveis na prestação de cuidados aos clientes gays e lésbicas.</p> <p>Em trabalhos qualitativos a população LGBT relatou ter vivenciado tratamentos discriminatórios de saúde, incluindo procedimentos desnecessários, referiram atendimento recusados pelos profissionais de saúde quando os mesmos tomaram conhecimento da história de gênero</p>
--	-----------	--	---

<p>Assistência de enfermagem a população transexual na atenção básica.</p> <p>Silva, Ana Karoline Farias da; Lima Filho, Carlos Antonio de; Marques, Victor Guilherme Pereira da Silva; Cantarelli, Adriano de Lucena Jambo; Targino, Laura Moura; Lima, Romario Yanes de Carvalho; Farias, Tatiana Costa Schuster; Bernardino, Amanda de Oliveira. 2024. Brasil.</p>	V	<p>Analisar as evidências da literatura sobre a assistência de enfermagem à população transexual na atenção básica.</p>	<p>Encontrados 2 artigos, publicados nos últimos 5 anos. Ficou evidenciado lacunas importantes que vem desde a formação acadêmica, no despreparo e desconhecimento acerca da sexualidade. Conclui-se, portanto, que foram encontrados poucos artigos com essa temática, evidenciando a necessidade de realização de mais pesquisas acerca do tema assistência de enfermagem à população transexual.</p>
---	---	---	---

Fonte: Autores, 2024.

5 DISCUSSÃO

5.1 Acolhimento da pessoa trans nos serviços de saúde

Em 2011, foi estabelecida a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT) no Brasil. Essa iniciativa visa estruturar os serviços vigentes no Sistema Único de Saúde (SUS) com foco na equidade, promovendo o acesso a cuidados de saúde mais adequados e inclusivos para essa população específica (ARAÚJO et al., 2020). No ano de 2013 por meio da portaria Nº 2.803, redefine e amplia o Processo Transexualizador no SUS, o qual prevê o tratamento e acompanhamento integral da saúde da pessoa trans. Entretanto, a pessoa trans ao procurar os serviços de saúde encontram

desafios não só na busca pela readequação sexual, mas também no acolhimento e no atendimento regular (GOMES et al., 2023).

Nesse sentido, o acolhimento é considerado como uma das formas mais eficazes de introduzir a equipe multiprofissional de Saúde na vida dos usuários (as), pois o primeiro passo para o (a) profissional é ter empatia para ouvir e compreender qual a sua queixa principal, ou seja, entender o que desencadeou a procura pelo serviço (REIS et al. 2021). Nesse contexto, o acolhimento na Atenção Básica (AB) às pessoas trans torna-se um compromisso profissional e ético, para garantia da universalidade, acessibilidade e redução de desigualdades relacionadas à saúde (ARAÚJO et al., 2020).

Antes mesmo da implantação da PNSILGBT já se apontava a necessidade de sensibilização dos profissionais acerca do acolhimento com equidade e não discriminatório pela equipe multiprofissional, priorizando intervenções que humanizem as questões trazidas pelas pessoas trans, pois essa população são mais suscetíveis a enfrentar dificuldades ao buscarem atendimento nos serviços de saúde. (REIS et al. 2021) e (SHIHADDEH; PESSOA; DA SILVA, 2021). Nesse cenário, o acolhimento perpassa por muitos obstáculos impostos tanto pelos profissionais como também pelo amparo legal que garanta o direito a um serviço de saúde que vai reconhecer suas demandas (GOMES et al., 2023).

Conseqüentemente, a atuação da enfermagem na AB tem um papel fundamental na implementação das políticas de saúde do SUS e no acolhimento dos usuários, para isso é importante trazer à luz a necessidade da inclusão, debate dessas questões acerca da pessoa trans e também quais os dispositivos a qual a comunidade pode recorrer, esse despertar deve ser estimulado desde da graduação. (GOMES et al., 2022).

O acolhimento é de suma importância na AB, pois é a porta de entrada de todas as demandas da população, através dela é que se proporciona o vínculo e responsabilização entre usuário e serviço diante das necessidades apresentadas, além disso integra os outros níveis de atenção à saúde não sendo algo ligado apenas a AB (MARQUES et al., 2022). Entretanto, mesmo com a implementação da política específica, o acolhimento para a pessoa trans sofre com dificuldades na sua efetivação, visto que o ambiente que deveria ser de promoção e prevenção da saúde se torna um local de exclusão social, por diversos fatores, que vão desde do despreparo profissional para lidar com essa população específica até patologização da pessoa trans (REIS et al. 2021).

Diante disso, percebe-se que os desafios enfrentados no acolhimento da pessoa trans podem ser resolvidos através da organização das redes assistenciais, pois o modelo atual de políticas de saúde são pensadas *para* a população-alvo e não *com* a população-alvo, pensar nesse novo modelo de fazer saúde oferece ao profissional a oportunidade de troca com os usuários sobre as formas mais efetivas e eficientes de oportunizar a visibilidade das reais necessidades dessa população. (GOMES et al., 2022).

5.2 Desafios sociais e profissionais até a chegada da pessoa trans aos serviços de saúde

Observa-se a presença de inúmeras barreiras que dificultam o acolhimento e o acesso das pessoas trans aos serviços de saúde, sendo especialmente evidentes as barreiras sociais e culturais. Preconceito, estigma e transfobia são fatores que criam um ambiente hostil e desrespeitoso para esses indivíduos, resultando na desvalorização de sua dignidade humana. Essas atitudes discriminatórias não apenas afastam e excluem as pessoas trans dos serviços de saúde, mas também comprometem a qualidade do atendimento prestado (GOMES et al., 2022).

Outros fatores fortalecem as desigualdades existentes para a pessoa trans na procura aos serviços de saúde, que incluem o desrespeito pelo nome correspondente ao gênero a qual se identifica, atuação inadequada perante a suas demandas e acolhimento discriminatório por parte dos profissionais da saúde. Esses motivos ocasionam a frustração com a assistência prestada a essa população, sejam elas nas suas necessidades específicas ou gerais. Nesse contexto, a integralidade nas práticas do cuidado e no acesso aos serviços é interrompida, uma vez que, necessitados de um acolhimento eficaz na busca pelo serviço, os mesmos não são reconhecidos como sujeitos ou cidadãos, buscando como única solução a fuga ou não retorno ao serviço (LIMA II, 2021).

Segundo o Lovison et al. (apud, Silva et al., 2024.), observou-se que a ausência de um acolhimento de qualidade leva essa população a buscar alternativas mais acessíveis para resolver suas questões de saúde, sendo o desrespeito ao uso do nome social um dos principais motivos para evitarem as unidades básicas de saúde. Fica evidente, ainda, a dificuldade que muitos enfermeiros têm em lidar com as mudanças e informações relacionadas a essa população.

A falta de respeito e informações inadequadas repercutem na obtenção de tratamento não convencional e arriscado, em busca de atender suas especificidades de conseguir

adequação/harmonização do corpo físico de acordo com a identidade com o qual o usuário se reconhece. Isso indica uma ausência de implementação concreta nas políticas públicas de saúde destinadas a essa população, que acontece quando a pessoa transexual que deve ter atendimento às suas demandas específicas é rejeitado, aumentando a vulnerabilidade por buscar meios não seguros à saúde (GOMES et al., 2022). Esse sentimento de insegurança ocasiona uma restrição e busca em se adequar às normatividades exigidas pela sociedade, assim dificulta a inserção dos sujeitos dentro das políticas de saúde (GOMES, 2019).

Segundo a PNSILGBT (2011), um risco à saúde das pessoas trans feminino é o uso de hormônios sem qualquer orientação. Onde há evidências de relação de uso de hormônios femininos com a ocorrência de acidente vascular cerebral (AVC), flebite, infarto agudo do miocárdio e outros danos, ocasionando morte e/ou sequelas. De modo similar, os transexuais masculinos requerem a possibilidade de procedimentos de mastectomia e de histerectomia. O uso de hormônios masculinizantes em alta dosagem, sem prescrição médica, também contribui para um agravamento das condições de saúde dessas pessoas.

Nessa busca pelos serviços de saúde que possam respeitar a individualidade e adequação do corporal da pessoa trans, outra barreira encontrada é a busca por profissionais que tenham um olhar humanizado e uma escuta sensível para suas principais necessidades, que não deixem passar despercebidas as situações de constrangimento e violência institucional que essa pessoa venha a passar. (SHIHADDEH; PESSOA; DA SILVA, 2021). Diante desse cenário, é indiscutível o papel exercido pelo profissional da saúde na humanização e assistência, entretanto, o estigma e o preconceito estão enraizados na sociedade, ocasionada muitas das vezes por valores sociais que são aprendidos ao decorrer da vida, em muitos dos casos a humanização não consegue se sobressair as atitudes discriminatórias, o que mostra que o ensino na graduação, a educação permanente e a literatura são necessários para abordagens adequadas para essa população (GOMES et al., 2023)

Todavia, a literatura, principalmente a latino-americana, ainda enfrenta dificuldades acerca do tema acolhimento de pessoas LGBT nos serviços de saúde, o que resulta em mais um obstáculo para o ensino-aprendizagem dessas temáticas para os profissionais (ARAÚJO et al., 2020)

5.3 Estratégias de saúde a pessoa trans na atenção primária à saúde

O primeiro nível de complexidade de atendimento no âmbito do SUS é a AB, responsável pelas intervenções de promoção de saúde, prevenção e tratamento. Por essa razão, a AB também é lida como a porta de entrada do SUS, por intermédio dela e que os usuários são acolhidos pelo sistema. Através das demandas da população que se pode traçar estratégias de saúde que tenham caráter singular e também coletivo, com objetivo de tratar a saúde de forma integral e que possam gerar impactos e potencializadores de mudanças significativas na educação e saúde da população (REIS et al., 2021).

Nesse cenário, as estratégias de acolhimento para a população trans devem prezar pela eficiência, fundamentado no respeito pelos direitos e facilitação do acesso aos serviços de saúde. O primeiro passo a ser seguido é a humanização das relações, através do reconhecimento e visibilidade dessa população, tornando-se fundamental a escuta de qualidade para que possa trazer à luz as principais demandas desta população (GOMES et al., 2022).

O acolhimento efetivo e humanizado aparece como ação primordial para a introdução da população trans na rede de atenção primária à saúde. O acolhimento é visto como uma das maneiras mais eficazes de integrar o paciente à equipe de saúde, pois envolve um diálogo onde o profissional deve demonstrar empatia, ouvir atentamente para compreender a origem da queixa atual e a garantia da continuação do atendimento (REIS et al., 2021).

Sendo assim, é necessário, ouvir e dar voz a população trans para que a mesma possa definir precisamente as razões que levam essa população a procura pelo serviço, quais são suas principais insatisfações e como está a qualidade do serviço, para que assim ao invés da saúde ser feita apenas para a população ela seja feita em conjunto (GOMES, 2019).

Perante o exposto, o profissional da saúde, principalmente o de Enfermagem, tem um papel fundamental no acolhimento e na escuta de qualidade da população trans, na qual o atendimento deve sempre prezar pela humanização. A educação permanente e o ensino desde da graduação são ferramentas fundamentais para melhoria e que podem transpor as barreiras de crenças e valores sociais aprendidos no decorrer da vida (GOMES et al., 2023).

Diante disso, faz-se necessário a busca em promover, educar e prevenir temas que geralmente são negligenciados pelas práticas heteronormativas que são perpetuadas até mesmo no âmbito da saúde. Temas que por si só possibilitam aos envolvidos tanto profissionais quanto usuários as formas de melhorar a qualidade na abordagem, acolhimento e atendimento. Torna-se então necessário a reflexão sobre possíveis leituras preconceituosas e higienistas que

muitas vezes podem atrapalhar no processo de transformação da realidade da população trans, onde os mesmos carregam bagagens culturais, históricos, políticos, sociais, entre outros. Dentre os temas que podem servir para reflexão e intervenção para melhoria do acolhimento, emerge a necessidade de debates acerca da identidade de gênero e identidade sexual para facilitar o acesso à saúde para essa população (SHIHADDEH, PESSOA e SILVA, 2021).

A fim de superar essas barreiras e criar um ambiente acolhedor, resolutivo e agradável a essa população, torna-se necessário uma abordagem multifacetada que envolve educação, políticas públicas e mudanças institucionais, na qual exige o esforço, principalmente, dos profissionais enfermeiros(as), da comunidade e das instituições que prestam o atendimento público de saúde (GOMES et al., 2023)

É necessário que as práticas na AB indicadas a este público sejam contínuas e consistentes, em vez de temporárias e isoladas, mas que considerem a realidade em que vivem. É de suma importância que os profissionais de saúde sejam sensibilizados para garantir um atendimento não discriminatório, o que continua sendo um dos temas mais recorrentes nas políticas públicas de saúde voltadas para esses segmentos, evidenciando a urgência de promover uma atenção mais inclusiva e equitativa (ARAÚJO et al., 2020).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com os diversos avanços sejam eles sociais ou das políticas públicas de saúde, a pessoa trans ainda sofre diversos preconceitos e estigmas na busca por um acolhimento efetivo nos serviços de saúde, geralmente essas adversidades estão ligadas a transfobia, o que transforma, o espaço que deveria ser de cuidado, em um ambiente hostil e desrespeitoso para esses indivíduos, resultando na desvalorização de sua dignidade humana. Alguns exemplos podem ser citados como: o desrespeito pelo nome social, atuação inadequada perante a suas demandas sejam elas específicas ou gerais e o acolhimento que por muita das vezes é discriminatório por parte dos profissionais da saúde. Ainda nessa procura por um serviço de saúde que se adeque às suas necessidades e que possa respeitar sua individualidade a principal barreira é encontrar profissionais que tenham um olhar humanizado e uma escuta sensível para suas principais necessidades.

Entretanto, mesmo com as diversas dificuldades encontradas a AB ainda pode ser um agente catalisador de mudanças, pois como porta de entrada ela é responsável pela promoção da saúde e atendimento integral dos indivíduos. Evidencia-se que é necessário que os

profissionais da saúde, principalmente os Enfermeiros, busquem estratégias eficientes de acolhimento para a população trans, fundamentadas na humanização e no respeito aos direitos, com ênfase na escuta qualificada e empatia. A educação permanente e as discussões desde da graduação são essenciais para a melhoria do atendimento dessa população, por esse motivo é importante debater sobre identidade de gênero e sexualidade para superar barreiras heteronormativas, defendendo uma abordagem multifacetada que inclua educação, políticas públicas e mudanças institucionais.

Além disso, é urgente que gestores e o Ministério da Saúde revisem e atualizem a Política Nacional de Saúde Integral LGBTQIAPN+, que, após mais de uma década, já não atende às necessidades atuais dessa população. A criação de políticas públicas específicas para o público trans se faz indispensável, com diretrizes que ampliem o conhecimento e assegurem a inclusão plena e o acesso equitativo à saúde. A falta de avanço nessa área não é apenas um descaso, mas um obstáculo direto à saúde e à dignidade da população trans.

Portanto, é relevante incentivar práticas consistentes e inclusivas, que sejam realizadas em conjunto com a população trans. As discussões acerca da identidade de gênero e sexualidade não são de agora, porém a literatura sobre as questões voltadas para o acolhimento da pessoa trans ainda são muito escassas, que esta pesquisa possa incentivar outros pesquisadores a buscar por essa temática pouco abordada no contexto da enfermagem. Visto que, o enfermeiro na AB desempenha um papel fundamental na assistência integral às pessoas trans, especialmente no acolhimento, na educação em saúde e no acompanhamento contínuo da saúde.

O enfermeiro, como figura central na atenção básica, tem o poder e o dever de atuar como agente transformador no acolhimento das pessoas trans, enfrentando de forma contundente qualquer barreira que comprometa seu acesso à saúde. Cabe a ele não apenas reconhecer, mas exigir o respeito às especificidades dessa população, como o processo transexualizador, o apoio à saúde mental e o acompanhamento adequado durante a transição de gênero. Não deve haver espaço para omissão ou superficialidade: o enfermeiro precisa garantir um acolhimento firme, baseado em empatia e respeito, onde a dignidade das pessoas trans seja inegociável. A recusa em oferecer esse acolhimento adequado perpetua a exclusão e vulnerabilidade dessas pessoas, tornando-se uma grave falha ética e profissional. É imperativo que os enfermeiros enfrentem essa responsabilidade com a seriedade que ela exige,

promovendo uma saúde inclusiva e humanizada, essencial para a dignidade e bem-estar dessa população.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. T. H.; SOUSA, G. F. de; CARVALHO JÚNIOR, J. A. M. de; PESSÔA, F. G. de S.; MOURA, L. K. B. Acolhimento à população de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros na atenção básica: Welcoming the lesbians, gays, bisexual and transgenean population in basic care. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, [S. l.], v. 92, n. 30, 2020. DOI: 10.31011/reaid-2020-v.92-n.30-art.637. Disponível em: <https://teste.revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/637>. Acesso em: 23 set. 2024.

BRAGAGNOLO, Marilene Neves da Silva. O atendimento a pessoas transexuais e travestis na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa. **Saúde Coletiva (Barueri)**, v. 13, n. 86, p. 12520-12536, 2022. Disponível em: <<https://revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/161386>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp.

Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <
https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf>.
Acesso em: 01 nov. 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Manual Orientador Sobre Diversidade**. Brasil, 2018. Disponível em:
https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/dezembro/ministerio-lanca-manual-orientador-de-diversidade/copy_of_ManualLGBTDIGITAL.pdf. Acesso em 10. jan. 2024.

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

DE CARVALHO PEREIRA, L. B.; CHAZAN, A. C. S. O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 1795, 2019. DOI: 10.5712/rbmfc14(41)1795. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1795>. Acesso em: 12 dez. 2023.

DE TILIO R. Teorias de gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. **Gênero** 2014; 14(2): 125-148. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31193>. Acesso em: 10 dez. 2023.

DOS REIS, N.; PINHO, R. GÊNEROS NÃO-BINÁRIOS: IDENTIDADES, EXPRESSÕES E EDUCAÇÃO. **Reflexão e Ação**, v. 24, n. 1, p. 7-25, 28 abr. 2016.

GALVÃO, C.M. Níveis de evidência. **Acta Paul Enferm**, v. 19, n. 2, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/JXrfXqCfD4vPztQFQBrkB7g/?format=pdf&lang=pt> Acessado em: 16 jul. 2023.

GOMES, Denildo de Freitas. Percepções de usuários transexuais sobre o cuidado na Estratégia de Saúde da Família: o desafio do reconhecimento e do rompimento da invisibilidade. 2019. 122 f. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

GOMES, Denildo de Freitas *et al.* RESTRIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: um desafio dos transexuais na atenção básica. **Escola Anna Nery**, S. I., v. 26, n. 8, nov. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2021-0425pt>. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452022000100273. Acesso em: 01 nov. 2023.

GOMES A.C.M.S; SOUSA F.J.G; JANINI J.P; VARGAS L.A; GOMES M.S; LEMOS A. Atendimento na atenção primária à saúde: olhares de pessoas trans. *R Pesq Cuid Fundam* [Internet]. 2023 [acesso 11 set. 2024];15:e 12260 Disponível em: <https://doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v15.12260>. Acesso em: 12 dez. 2023.

GOFFMAN E. **Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4º ed. Rio de Janeiro: Guanabara; 1988.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero : conceitos e termos. Brasília, 2012. **Revista online Ser-Tão**. Disponível em: < <https://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf> > Acesso em: 01 nov. 2023.

Inovação tecnológica e o domínio das técnicas de investigação na medicina [recurso eletrônico] / Organizador Benedito Rodrigues da Silva Neto. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

LIMA II, Marinho Moraes de. Qualificação do acolhimento e do atendimento da população trans pelos profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS): uma cartilha. 2021. 62 f. Dissertação (Mestrado Profissional) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Medicina, Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde, Porto Alegre, 2021.

MARQUES, Victor Guilherme Pereira da Silva *et al.* A IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE. **RECISATEC - REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA - ISSN 2763-8405**, [S. l.], v. 2, n. 7, p. e27167,

2022. DOI: 10.53612/recisatec.v2i7.167. Disponível em: <https://recisatec.com.br/index.php/recisatec/article/view/167>. Acesso em: 11 de jul. 2024.

REIS, T. (Org.). Manual de Comunicação LGBTI+. 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI; GayLatino, 2018. Disponível em: <[manual-comunicacao-LGBTI.pdf \(unaid.org.br\)](#)>. Acesso em 07 out. 2024.

REIS, P. S. de O. et al. Transfobia velada: sentidos produzidos por enfermeiras no acolhimento de travestis e transgêneros. **Revista Pesquisa: Cuidados Fundamentais**, v. 13, p. 80-85, 23 fev. 2021.

RIBEIRO, Ana Paula Maria et al. A importância da implantação do acolhimento na atenção primária à saúde: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 11, p. e148111133325-e148111133325, 2022. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/33325/28299/375393>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

ROCON, Pablo C. et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2.517-2.526, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.14362015>>. Acesso em: 11 nov. 2023.

ROSA, D.F; CARVALHO, M.V.F; PEREIRA, N.R; ROCHA, N.T; NEVES, V.R; ROSA, A.S. Assistência de Enfermagem à população trans: gêneros na perspectiva da prática profissional. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 2019; 72(1): 311-319.

SAMPAIO, L. L. P.; COELHO, M. T. A. D. 2013. A transexualidade na atualidade: discurso científico, político e histórias de vida. **Interface (Botucatu) [online]**. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/15770/1/A%20TRANSEXUALIDADE%20NA%20ATUALIDADE.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

SILVA, A. K. F.; LIMA FILHO, C. A.; MARQUES, V. G. P. S.; CANTARELLI, A. L. J.; TARGINO, L. M.; LIMA, R. Y. C.; et al. Assistência de enfermagem à população transexual na

atenção básica. *Revisa*, v. 13, n. 1, p. 24-31, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.36239/revisa.v13.n1.p24a31>. Acesso em: 09 nov. 2024.

SHIHADDEH, N. A.; PESSOA, E. M.; DA SILVA, F. F. A (in) visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: em pauta as experiências de integrantes da comunidade LGBTQIA+. *Barbarói*, n. 58, p. 172-194, 26 jan. 2021.

SOUZA, E. C. (2015). Direitos humanos e diversidade sexual na escola: homofobia, trabalho docente e cotidiano escolar. *Conjectura: Filos. Educ.*, 20(especial), 198 – 220.

TVT Research Project. **Trans Murder Monitoring**. Transrespect versus Transphobia Worldwide (TvT) project website [internet]; 2023. Disponível em: <https://transrespect.org/en/>. Acesso em: 01 nov. 2023.

Ursi ES. Prevenção de lesões de pele no perioperatório: revisão integrativa da literatura. [dissertation]. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto; 2005. (disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22132/tde-18072005-095456/pt-br.php>) Acesso em: 11 ago. 2023.